

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1012128-98.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Itaú Unibanco S/A**
 Requerido: **FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA EPP e outros**

ITAÚ UNIBANCO S/A ajuizou ação contra FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA EPP E OUTROS, pedindo a constituição de título executivo judicial, caso desatendido o mandado monitório, no tocante à obrigação de pagarem o saldo devedor de contrato de empréstimo, de R\$ 87.988,08.

FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA. e CARLOS ALBERTO FERREIRA opuseram embargos ao mandado, alegando impossibilidade jurídica do pedido e refutando a obrigação de pagar, aduzindo que decorreu de desmandos praticados por Micheli.

MICHELI CRISTINA FERREIRA também opôs embargos, alegando que firmou contratos sob ordens de Carlos Alberto Ferreira mas em nada deles se beneficiou. Alegou ocorrer transferência de bens, em detrimento de credores e da própria embargante.

Manifestou-se o autor embargado, refutando tais alegações.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação monitória tem por objeto contrato de empréstimo para capital de giro., do valor de R\$ 103.968,42, para ser resgatado em dezoito prestações mensais, cada qual de R\$ 7.078,09, a primeira em 3 de junho de 2013.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A cédula de crédito bancário foi emitido pela pessoa jurídica, com assunção de responsabilidade solidária pelos demais réus, Micheli Cristina Ferreira Ferreira e Carlos Alberto Ferreira.

Não foram pagas as prestações mensais vencidas a partir de 3 de dezembro de 2013, acarretando o vencimento antecipado da dívida.

O contrato exibido revela a obrigação de pagar e a planilha de cálculo aponta o saldo devedor atual, atendendo perfeitamente o requisito para a ação. Afasta-se a arguição de impossibilidade jurídica, até porque a modalidade está expressamente prevista na legislação processual civil.

A pessoa jurídica Ferreira & Ferreira Ltda. e Carlos Alberto Ferreira não contestam a operação de crédito nem a dívida assumida. Limitam-se a atribuir à administradora Micheli a responsabilidade pela contratação, notadamente pela suposta emissão de títulos desprovidos de causa, para fazer girar a atividade empresária. Tais fatos não afetam a obrigação constituída, inclusive porque não se atribuiu malícia ao autor. Ademais, se houver responsabilidade pessoal dela, Micheli, perante a sociedade empresária, por má gestão, tal deve ser discutido em ação própria, alheia aos interesses da instituição financeira.

A alegação de falta de prova da origem do débito é inócua, pois o contrato juntado confirma a concessão do crédito. E não há indício algum, de cobrados de juros abusivos ou indevidos, absolutamente dispensável a produção de prova pericial (fls. 44/45).

Micheli Cristina Ferreira, de sua vez, assumiu postura de vítima, dizendo responder por culpa alheia, o que igualmente pode justificar discussão perante os sócios ou perante a sociedade. Aliás, as informações prestadas a respeito da alteração patrimonial podem interessar ao credor, mas não constituem motivo para opor-se ao título.

Firmou validamente o contrato, assumindo responsabilidade solidária, o que induz sua legitimidade passiva e responsabilidade patrimonial, nada importando se obteve vantagem pessoal ou não. A responsabilidade é contratual.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, rejeito os embargos e, em consequência acolho o pedido monitório.

Julgo constituído o título executivo judicial no tocante à obrigação dos réus, de pagarem para o autor o saldo devedor contratual, de R\$ 87.988,08, atualizado até 11 de dezembro de 2014, acrescido, a partir de então, de correção monetária, juros moratórios, custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da dívida.

A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, no tocante a Micheli Cristina Ferreira, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de outubro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA